

O FATO AMBIENTAL E A (DES)COMPRESSÃO ESPAÇO TEMPO

Ihering Guedes Alcoforado
(Mestre UFRJ e professor do DEP/FCE/UFBA)
Tel: 3283-7547/4383-7530/3264-7401
Fax: 3283-7545
e-mail: ihering@ufba.br

Julliana Ramos
(Bacharelada de Economia FCE/UFBA)

Juliana Freitas Guedes
(Bacharelada de Economia FCE/UFBA)

No campo dos estudos ambientais os pesquisadores é comum os pesquisadores defenderem a necessidade do desenvolvimento de abordagens analíticas interdisciplinar como uma condição para a apreensão da problemática ambiental, em função dela se manifestar através de diferentes dimensões e em distintas escalas, ou seja como um problema complexo. Mas, já não é fato comum, o necessário despreendimento dos pesquisadores de seus recortes e abordagens assimiladas nos seus processos de formação universitária no marco mono disciplinar, e, em função disto, na grande maioria das tentativas de abordagem interdisciplinar, o resultado é um conjunto desconexo não só carente de uma perspectiva comum, como também com níveis desiguais de formalização.

Esta comunicação parte da constatação e do incomodo não só com a situação explicitada acima, mas principalmente com a falta de uma fundamentação das políticas em uma um conjunto crescente de situações criadas a partir da (dês)compressãoespaço-tempo, tanto por falta de uma infraestrutura institucional adequada, como pela inadequação dos instrumentos econômicos no âmbito dos ambientes não ergódicos, isto é, aqueles ambientes nos quais (a) a frequência relativa de um evento X não é a mesma em qualquer ponto do tempo e que (b) há mudanças qualitativas do sistema ao longo do tempo e do espaço, o que é ampliado a partir da compressão do espaço-tempo, tal como tratado por David Harvey..

O trabalho tem três objetivos. O primeiro objetivo é recuperar um programa de pesquisa fundado numa orientação interdisciplinar, a Nova Economia Institucional, chamando atenção para dois vetores recentes de seu desenvolvimento: o vetor endógeno e o vetor exógeno e, sugerindo a necessidade de um terceiro programa que os integre. O vetor endógeno é associado ao programa de John Searle que, a partir da filosofia da linguagem ordinária e do conceito de “fato bruto” e de uma ontologia materialista, avança no sentido a) dos “fatos sociais” a partir do que se propõe criar as condições de uma teoria social e b) dos fatos institucionais, a partir do que estabelece uma enterface com o direito e a economia institucional. O vetor exógeno é vinculado ao programa de Douglass North que, a partir de uma releitura da dicotomia entre ambientes ergódicos e ambientes não ergódicos sugere a necessidade de um programa de investigação tendo em mente fundamentar o quadro normativo dos ambientes não ergódicos.

O segundo objetivo é mostrar que este programa poderá vir a constituir a Nova Economia Ecológica Neoinstitucional, entendendo-se por tal coisa a aplicação da economia neoinstitucional, ampliada pelas duas trajetórias virtuais referidas acima e detalhadas a seguir, e que este novo quadro analítico, tal como foi anunciado por Douglass North, poderá vir a fornecer os fundamentos do quadro normativo para os ambientes não ergódicos. O terceiro objetivo, é situar o fato ambiental no processo de (des)compressão espaço-tempo. Com este propósito, o trabalho consta de uma introdução mais duas partes e uma conclusão.

I

Na primeira parte, tratar-se-á da Nova Economia Institucional, a partir do vetor no qual se vislumbra um desenvolvimento endógeno, o que será feito através da apropriação da ontologia materialista de John Searle e da sua teoria dos fatos. Aqui o objetivo será apreender de forma integrada o “fato ambiental” como o coroamento de uma evolução que parte do “fato bruto”, passa ao “fato social”, chega ao “fato institucional”. O objetivo é mostrar que quando o “fato institucional” assume determinadas qualificações ecológicas ela passa a se manifestar como um “fato ambiental”; ou seja pretende-se introduzir o conceito de fato ambiental a partir de uma extensão do conceito de fato institucional já desenvolvido por Searle.

II

Na segunda parte, tratar-se-á da Nova Economia Institucional a partir de um vetor associado ao seu desenvolvimento exógeno, i.e, a partir da consideração das mudanças no ambiente externo, passando a admitir que o ambiente externo se manifesta não apenas como um ambiente ergódico, mas também como um ambiente não ergódico, o que torna imperativo a adoção de dois conjuntos de medidas cognitivas/epistemológicas. O primeiro conjunto deve ser composto por dois subconjuntos provenientes de uma separação das abordagens fundadas no suposto da ergodicidade do meio, o que é representado de forma emblemática pelo entendimento de Paul Samuelson e que subjaz em toda a Economia do Bem Estar, daquelas outras abordagens que se apóiam no supostos oposto, isto é, da não ergodicidade do meio e que mesmo assim não abre mão da fundamentação teórica da intervenção política no ambiente e que pode ser ilustrado pelos *insights* de Douglass North e de Hans Jonas. No caso de D North ainda motivado pela expectativa do desenvolvimento de um conhecimento científico na dimensão não ergódica do conhecimento externo e no caso de H Jonas já mobilizado pelo reconhecimento da impossibilidade de tal conhecimento.

III

Na terceira parte, far-se-á uma leitura a contra pelo das duas trajetórias explicitadas acima, a partir de um quadro analítico fundado na suposição que o incremento das manifestações de não ergodicidade do ambiente é a expressão de uma das principais características da nossa era a “(des)compressão espaço-tempo”, ou seja o movimento de

mão dupla no âmbito da dimensão espaço-tempo. Aqui nosso argumento será dividido em dois blocos: um com D Harvey e outro contra D. Harvey.

O primeiro bloco apóia-se no entendimento de D Harvey acerca da “compressão do espaço-tempo” para explorar suas implicações nas duas trajetórias da Nova Economia Institucional sistematizadas acima, isto é, i) a trajetória endógena que parte dos fatos frutos aos fatos institucionais e ii) a trajetória exógena, que parte do ambiente ergódico para os não ergódicos.

A compressão espaço-tempo é vista por D Harvey como expressão de “... processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo, a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representam o mundo para nós mesmo”, o que o leva a concluir que “... temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos mundos espacial e temporal” (Harvey, 1992,p.218) Em outras palavras, estamos diante do desafio de enfrentar as mudanças na “organização espacial eficiente” e do “tempo de giro socialmente necessário” fundamentais na obtenção do lucro numa sociedade competitiva, na ótica do seu impacto na trajetória interna e na trajetória externa da Nova Economia Institucional ampliada, tal como apresentada acima. (Harvey, 1992,p.209)

Nesta direção, ressalte-se que através da leitura a contrapelo da trajetória que vai do fato bruto ao fato ambiental, mostra-se como a compressão tempo-espaço tende a deslocar o foco da atenção do “fato bruto” para o “fato ambiental”, o que se reflete na própria evolução dos fundamentos das políticas ambientais, que parte das políticas de comando e controle assentadas nas ciências que manejam os fatos brutos, para avançar e ancorar seus fundamentos nas ciências que manejam os fatos sociais, a exemplo da Economia do Bem Estar e, por fim, escorar os fundamentos das políticas ambientais nas ciências que manejam os fatos institucionais, a exemplo da Nova Economia Institucional, estacionando na ante-sala dos “fatos ambientais”.

Na segunda trajetória, aquela que avança pela trilha balisada pelos ambientes ergódicos e não ergódicos, a exemplo do programa esboçado por D North, aponta-se para o fato que, ao lado das velhas políticas ambientais apoiadas nos ambientes ergódicos, a exemplo de praticamente todas as atualmente em vigência no país e de alguma forma apoiada em conhecimentos técnicos científicos com predominância do econômico, torna-se necessário o desenvolvimento de novas políticas ambientais focadas nos ambientes não ergódicos e nos conhecimentos não técnicos.

Atente-se que os efeitos da compressão do espaço-tempo nas duas trajetórias de evolução da Nova Economia Institucional aponta a evolução dos fatos brutos no sentido dos fatos institucionais e dos ambientes ergódicos na direção dos não ergódicos e, em decorrência para uma nova política ambiental.

Na segunda parte, o argumento vai contra D Harvey já que argumento apresentado se apóia na constatação de “descompressão do espaço-tempo”, uma dimensão desconsiderada por D Harvey, mas que, a partir da qual se pode mostrar que a constituição dos fatos ambientais estão submetidos a processos que avançam em direções opostas: uns no sentido da compressão do espaço-tempo e outros na direção da

descompressão do espaço-tempo, sendo que o impacto da compressão do espaço-tempo se manifesta na dimensão ergódica do ambiente externo, enquanto o impacto da descompressão espaço-tempo se revela na dimensão não ergódica do ambiente externo.

Na segunda parte, nosso argumento se estrutura a partir da constatação que D Harvey não percebe que, em paralelo e simultâneo ao processo de “compressão tempo-espaço” tratado por ele, dá-se num outro plano, um outro processo de “descompressão tempo-espaço” que, tal como o analisado por ele, e, tratado por nós acima, muitas vezes, também tem impacto nas duas trajetórias virtuais de evolução da Nova Economia Institucional, nos colocando por um outro caminho na ante sala dos “fatos ambientais”.

A descompressão espaço-tempo manifesta-se, por exemplo, no âmbito do tempo através da nova temporalidade dos impactos ambientais das ações humanas potencializadas pela técnica, as quais também deixam de ter âmbito local, passando a ter uma escala planetária; ou seja, tanto na esfera do tempo como na do espaço constata-se uma descompressão do espaço-tempo que configura simultaneamente uma espacialidade e uma nova temporalidade que, segundo Hans Jonas, torna obsoleta toda a ética antropocêntrica e da convicção até então dominante, tornando necessário o desenvolvimento de uma nova ética ecocêntrica e da responsabilidades para dar conta dos impactos gerados pelas novas ações humanas potencializadas pela técnica. .

III

Na conclusão, chama-se atenção que em função do exposto acima, torna-se imperativo um esforço de integração destas duas trajetórias submetidas as pressões das “(des)compressões espaço tempo” que considere não só a compressão tempo espaço assinalada por Harvey, mas também a descompressão do tempo-espaço, de certa forma enfatizado por Jonas e, nesta direção que dirigimos nosso esforço através da construção do conceito de “fato ambiental”, no qual vemos o ponto de partida para a integração dos programas referidos acima..